



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Equidade no Ensino Superior - CAPES – OBEDUC

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFBA – FACED    

DETERMINANTES DA EQUIDADE NO ENSINO SUPERIOR: PERFIL E DESEMPENHO DE TRABALHADORES-ESTUDANTES

Alberto Batinga Pinheiro

O presente plano de trabalho trata da problemática do trabalhador-estudante compreendida dentro de uma perspectiva de democratização da educação superior, via políticas públicas, e recentes mudanças significativas na legislação brasileira. A valorização de aspectos como a possibilidade de acesso, permanência, e, ou conclusão dos cursos superiores, marcadamente os noturnos, oferecidos pelas Instituições Federais de Educação Superior vem - no presente trabalho - por em foco fatores como o perfil (faixa etária, sexo, cor, situação socioeconômica), enquanto determinantes da equidade e do desempenho dos trabalhadores-estudantes face aos novos desafios visando a sua inclusão.

Palavras-chave: Educação superior, Equidade, Trabalho, Estudo, Inclusão social.

INTRODUÇÃO

A relação entre educação e trabalho vem se estreitando e tornando-se mais visível a partir do surgimento das cidades modernas, bem como, das transformações científicas, tecnológicas e econômicas, que ocorreram mais tarde e reconheceram que a educação, ao qualificar os trabalhadores, pode vir a contribuir para o desenvolvimento econômico. (SAVIANI, 1994).

Desejamos, com este trabalho, discutir a questão do trabalhador-estudante da UFBA, suas possibilidades, dificuldades, e aquilo que mais for importante para determinar seu desempenho e chances de equidade face uns aos outros, cotistas e não cotistas, alunos da Instituição. Para tanto, serão levados em



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Equidade no Ensino Superior - CAPES – OBEDUC

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFBA – FACED    

conta as políticas públicas que a ela dizem respeito e aspectos da legislação correspondente, focando, predominantemente, nos cursos noturnos.

Embora a partir dos anos 1970 as políticas mercantilistas do ensino superior tenham fortalecido o setor privado da educação, nos últimos anos este quadro tem se modificado significativamente. As políticas públicas para frear a abertura de novos cursos e instituições no setor privado, os altos índices de evasão, e o crescimento da inadimplência podem ser considerados como fatores mais importantes nessa mudança.

O setor privado educacional passa a ser, desde então, menos atrativo demonstrando redução no crescimento dos anos iniciais. Devemos considerar que este mesmo setor absorvia uma parcela de trabalhadores-estudantes que podiam e desejavam estudar, pois eram oferecidos cursos noturnos, não havendo, até então, tais cursos nas Universidades Federais.

Entretanto, a lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), veio estabelecer, em seu art. 4º, inciso VI, que um dos deveres do Estado para com a garantia da educação escolar pública é a “oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando”. A educação nacional, para a LDB, estaria organizada em educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e educação superior. Na educação superior, há os cursos de graduação, sequenciais, de extensão e de pós-graduação, esses últimos subdivididos em *stricto sensu* (mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado) e *lato sensu*, que são os cursos de especialização, incluindo os MBAs.

A oferta de ensino superior noturno passa a ser obrigatória: “(...) sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas(...)” (art. 47, §4º). Às instituições é exigido que os cursos de graduação do período noturno venham



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Equidade no Ensino Superior - CAPES – OBEDUC

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFBA – FACED    

a ter os mesmos padrões de qualidade dos cursos do período diurno. Presumidamente, não houve nenhum delineamento, exceto a obrigatoriedade da política por ela mesma, que definisse melhor o padrão de qualidade ao qual o texto do capítulo específico da Lei faz referência.

Os cursos noturnos nas universidades públicas vieram, portanto, suprir as lacunas deixadas pelo ensino privado, no sentido de atender às demandas das vagas necessitadas pela população economicamente ativa, entretantes, carente de recursos económicos para alavancar o próprio processo de inclusão social. A convergência de políticas públicas e momento econômico vem – não inteiramente – reverter o quadro anterior, datado de 1970, quando as instituições públicas não estavam ainda preparadas para atender as demandas da época, e as instituições privadas tomavam para si este trabalho, numa perspectiva mais voltada para a mercantilização da educação que da inclusão social.

JUSTIFICATIVA

É importante identificar a categoria de análise à qual pertence o trabalhador-estudante da UFBA, e sua relação com o presente plano de trabalho. Isto porque, apesar da boa quantidade, os textos são controversos e pouco claros em relação ao que é estudante-trabalhador e trabalhador-estudante. Inicialmente adotamos o conceito de que trabalhador-estudante seria aquele, ou aquela, que não depende dos familiares, e contribui, muitas vezes, para o orçamento doméstico. (Romanelli (1995).

Terribili Filho (2007, p. 61) atualiza as classificações apresentadas por Romanelli (1995) em: (1) estudante: a pessoa que só estuda, independentemente do período de suas aulas e se a sua subsistência é decorrente de apoio familiar, financiamento, bolsa de estudo, etc.; (2)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Equidade no Ensino Superior - CAPES – OBEDUC

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFBA – FACED    

estudante-trabalhador: a pessoa que tem o estudo como principal atividade, porém exerce alguma atividade remunerada, podendo ser estágio, trabalho formal, informal ou temporário; o termo não indica que tenha necessariamente dependência financeira da família, mas sim que sua formação superior é sua prioridade; ademais, sua atividade profissional momentânea pode ou não estar vinculada à área de atuação pretendida pelo estudante quando da conclusão do curso de graduação; e (3) trabalhador-estudante: a pessoa que já tem como atividade primária o trabalho, mas que busca através de um curso de graduação a complementação de conhecimentos ou mesmo um diploma para aprimorar sua qualificação profissional ou para obter uma promoção na empresa. O trabalhador-estudante pode receber incentivo financeiro da família ou da empresa para a qual trabalha. O trabalhador-estudante tem sua presença mais acentuada em cursos noturnos.

Afinal: quem é o trabalhador-estudante na UFBA, em relação aos seus pares não trabalhadores; cotistas e não cotistas?

É contando com estes último aspectos, em particular, que poderemos atribuir alguma relevância a este estudo; justificando-se a sua escolha, elaboração e prosseguimento. Pretende-se identificar, por meio dessa pesquisa, se esse trabalhador-estudante, de presença tão notável nos cursos noturnos oferecidos pela UFBA, encontra, de fato, na Instituição, caminhos que apontem para a sua efetiva inclusão social, e quanto do seu perfil revela-se fator determinante da equidade e de seu desempenho na construção do capital cultural possibilitado pelo seu acolhimento.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Equidade no Ensino Superior - CAPES – OBEDUC

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFBA – FACED    

OBJETIVOS

Tratar da problemática do trabalhador-estudante compreendida dentro de uma perspectiva de democratização da educação superior, via políticas públicas, e recentes mudanças significativas na legislação brasileira. A valorização de aspectos como a possibilidade de acesso, permanência, e, ou conclusão dos cursos superiores, marcadamente os noturnos, oferecidos pelas Instituições Federais de Educação Superior vem - no presente trabalho - por em foco fatores como o perfil (faixa etária, sexo, cor, situação socioeconômica), enquanto determinantes da equidade e do desempenho dos trabalhadores-estudantes face aos novos desafios visando a sua inclusão.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada compreenderá o uso da base de dados da UFBA. As análises estatísticas dos dados levantados junto à base serão realizadas com o auxílio do software Statistical Product and Service Solutions – SPSS.

- A criação de um novo banco de dados apresentará, estatisticamente, parte do resultado do estudo, norteando a sua consecução;
- As bases e suas variáveis serão comparadas entre o período que antecede à abertura dos cursos noturnos e depois de estabelecida a maior parte destes cursos, e sua frequência por parte do trabalhador-estudante;
- Revisão da literatura acerca do Trabalhador-estudante, Equidade, contextos interno e externo à Instituição, como: Cotas, Reuni etc.

O trabalho será desenvolvido em duas instâncias, a saber:

1ª Etapa: Quantitativa; análise das variáveis;

2ª Etapa: Qualitativa (Survey direto) entre 15 a 20 pessoas;



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Equidade no Ensino Superior - CAPES – OBEDUC

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFBA – FACED    

REFERÊNCIAS

EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL - 10 anos pós-LDB / Mariluce Bittar, João Ferreira de Oliveira, Marília Morosini (Organizadores). - Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. 348 p.: il. – (Coleção Inep 70 anos, v. 2)

O ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR: identificando categorias de análise. Disponível em: <<http://essentiaeditora.iff.edu.br>>. Acesso em: 19 de out. de 2015.

ROMANELLI, Geraldo. *O significado da escolarização superior para duas gerações de famílias de camadas médias. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 76, n. 184, p. 445-476, set-dez/1995.

SAVIANI, D. *O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias*. In: FERRETTI, C. J.; ZIBAS, D. M. L.; MADEIRA, F. R.; FRANCO, M. L. P. B. (Orgs.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 151-68.

TERRIBILI FILHO, Armando; NERY, Ana Clara B.. *Ensino superior noturno no Brasil: história, atores e políticas*. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. V.25, n.1 (2009).

TERRIBILI FILHO, Armando. *Educação superior no período noturno: impacto do entorno educacional no cotidiano do estudante*. 186f. Tese (Doutorado em Educação). UNESP, Marília, 2007.